

Um momento crucial para a Defesa do país

» ROBERTO GALLO

Presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Materiais de Defesa e Segurança

A defesa e a segurança de um país envolvem um sistema complexo composto não apenas por diversas instâncias de poder, como por uma parcela importante da economia do país. A manutenção dessa estrutura depende de um constante estado de prontidão. É preciso estar sempre atento aos desafios e forças que em equilíbrio fazem do Brasil uma nação soberana, independente estratégica, tecnológica e industrialmente de outros países.

Estamos, no entanto, em um momento de alerta que demanda uma atitude firme e imediata. Isso porque a Base Industrial de Defesa (BID) brasileira corre o risco de sofrer um desmonte.

A Boeing, gigante americana do ramo da aviação, está em franco processo de captura e contratação de profissionais de empresas que fazem parte desse importante grupo para o país, composto por mais de mil companhias. Por serem todas fundamentais e estratégicas para a defesa da autonomia do Estado, o que está em risco é a soberania nacional. Os impactos poderão se refletir também na economia. O setor tem o governo federal como seu principal cliente, mas exporta mais de US\$ 1,7 bilhão ao ano. Além disso, é responsável por aproximadamente 285 mil empregos diretos e 850 mil indiretos e movimentada cerca de R\$ 200 bilhões, o que representa cerca de 4% do Produto Interno Bruto Nacional (PIB). Para cada um real investido em Defesa pelo Estado brasileiro, mais de nove reais são gerados em riqueza em nossa economia.

Diante da gravidade do problema, a Associação Brasileira das Indústrias de Materiais de Defesa e Segurança (Abimde) e a Associação das Indústrias Aeroespaciais do Brasil (Aiab) entraram com uma ação civil pública contra a Boeing. Nosso objetivo é interromper a ação que consideramos predatória e promover um debate de alto nível envolvendo Ministério da Defesa e Advocacia-Geral da União para encontrar uma solução que respeite a ordem econômica e a soberania nacional, previstas na Constituição Federal. Para isso, desejamos provocar uma discussão de alto nível que defenda a retenção de profissionais brasileiros altamente especializados em empresas a serviço do Brasil.

A situação preocupa muito porque a Boeing está capturando principalmente engenheiros de elite do setor aeroespacial, em quem não apenas as companhias que sofrem esse ataque, mas o governo brasileiro depositaram anos de investimento em formação em instituições públicas (ITA, UFMG e Ufscar). É dinheiro do contribuinte que está sendo aproveitado por uma empresa para gerar riqueza nos EUA. Além disso, corremos o risco de que os empregos indiretos, que dependem da saúde do setor, sejam deslocados para o mercado internacional, deixando centenas de trabalhadores brasileiros à míngua.

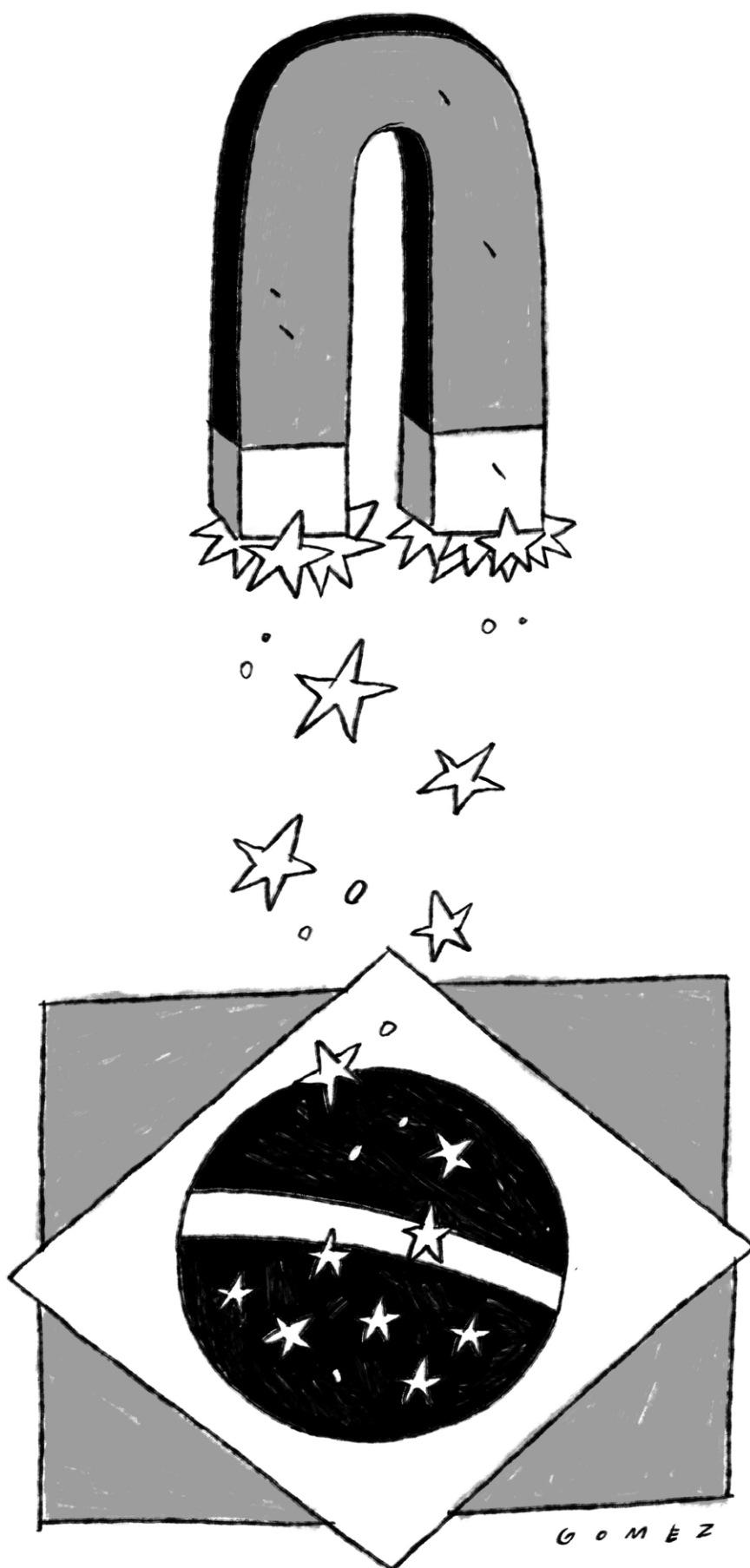
Há ainda outro ponto sensível. Os profissionais contratados participavam de projetos nas áreas de defesa e segurança ou detinham conhecimento essencial à soberania nacional e, justamente por isso, tiveram acesso a informações qualificadas e dados classificados de projetos estratégicos para o país. Ou seja, são segredos de Estado que estão em jogo. O efeito é expressivo: diversas das principais empresas do setor de defesa aeroespacial, conforme destaca a Ação Civil Pública, já perderam e vêm perdendo engenheiros para a Boeing. Algumas já estão sem 70% da equipe de áreas essenciais para o negócio. Entre elas, destacam-se Embraer, Akaer, Avibras, AEL Sistemas, Safran, Mac Jee.

O caso da Embraer merece atenção especial. Por dois anos (2018 a 2020), a empresa negociou com a

Boeing uma parceria para criação de uma joint venture. Nesse período, a norte-americana teve acesso a informações proprietárias da Embraer. Dias antes de selar definitivamente o acordo, que previa o pagamento de US\$ 4,2 bilhões à Embraer, a Boeing rescindiu de maneira unilateral. O cenário ganha um caráter ainda mais crítico se levarmos em

consideração que a Embraer nada mais é do que a maior empresa estratégica de defesa do Brasil.

Estamos, portanto, em um momento crucial para que uma atitude firme e decisiva seja tomada. Os danos já podem ser notados, mas ainda podem ser revertidos se agirmos rápido e com a atenção que a situação merece.



Uma mochila mais pesada para os professores

» TATIANA BELLO

Gerente de Implementação do Itaú Social

A pandemia lançou novos olhares e desafios para a atuação de professores. Esses profissionais tiveram de se reinventar para ministrar as aulas remotamente e se esforçaram ao máximo para minimizar o impacto do fechamento das escolas — segundo relatório da Organização para Cooperação do Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Brasil foi o país que por mais tempo esteve com as escolas fechadas. Porém os desafios não pararam com o retorno às salas de aula.

Devido às enormes diferenças socioeconômicas, nem todos os estudantes tiveram o mesmo acesso às atividades remotas e, por isso, hoje constata-se uma grande defasagem de aprendizado em uma única sala de aula. Para recuperar o que foi perdido — ou sequer aprendido —, docentes estão aumentando os esforços para cumprir os planos pedagógicos.

O quadro é grave: 34% das crianças no 2º ano do ensino fundamental não sabiam ler e escrever em 2021, mais do que o dobro do que em 2019, de acordo com o Saeb (Sistema de Avaliação da Educação Básica). Importante destacar que a recuperação do aprendizado não depende somente dos professores. As redes de ensino precisam oferecer apoio didático e pedagógico, além de estratégias de diagnóstico dos aprendizados e busca ativa dos alunos que estão fora da escola.

Além da desigualdade educacional, os

professores estão lidando com outro desafio que transcende o ato de ensinar. Pesquisa do Datafolha realizada a pedido do Itaú Social, Fundação Lemann e BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) no primeiro semestre deste ano, apontou que a maior dificuldade dos estudantes no retorno às aulas presenciais diz respeito a questões emocionais. Muitos responsáveis afirmaram que os alunos estão tendo crises de ansiedade em sala de aula.

A professora Indianara Nogueira, de Campo Grande (MS), faz uma analogia ao explicar a necessidade de enfrentar as defasagens somadas às dificuldades socioemocionais dos seus alunos: “É como se agora eu fosse trabalhar com uma mochila muito mais pesada”. Os professores têm extrapolado o papel de ensinar; eles estão apoiando os alunos psicologicamente e, até mesmo, em relação a questões de segurança alimentar.

Enquanto os docentes sentem que as atribuições só aumentam, relatório da Education at Glance 2021, da OCDE, mostrou que os professores dos anos finais do ensino fundamental recebem o menor salário entre 40 países. No Brasil, a média é de US\$ 13,9 mil por ano, enquanto nos países membros e parceiros da OCDE analisados é de US\$ 35,6 mil.

A melhoria da educação pública passa necessariamente pela valorização dos professores. Um estudo do Movimento Profissão Docente sobre os

planos de carreira e salários, divulgado em setembro, demonstra que, embora tenha registrado uma melhoria dos valores, há uma curta — ou nenhuma — distância entre o salário pago aos iniciantes e aqueles já experientes, no topo da carreira.

Além de deixar mais atrativa a carreira para futuros profissionais, é preciso oferecer boas condições de trabalho para que o professor possa se preparar para as aulas e investir na sua formação continuada, conforme assegura a Lei 11.738/2008 (um terço da jornada de trabalho destinado para atividades extraclasse). O ideal seria que cada professor fosse vinculado a apenas uma escola, mas, no país, apenas 43% dos docentes do segundo ciclo do ensino fundamental tinham contratos de tempo integral em 2018; 20% trabalhavam em várias escolas (OCDE).

Ao garantir uma carreira mais atrativa e boas condições de trabalho, torna-se possível o investimento dos professores em formação continuada e, consequentemente, na melhoria da qualidade do aprendizado para as crianças e adolescentes. Durante a pandemia, 71% das famílias brasileiras passaram a valorizar mais o trabalho dos docentes (Datafolha/setembro 2021). O reconhecimento da profissão pela sociedade deve ser traduzido como prioridade máxima para os próximos governantes e legisladores para elevar a qualidade da educação pública do país.

Marrocos: Na vanguarda da agricultura global sustentável

» NABIL ADGHOGHI

Embaixador do Reino do Marrocos

Marrocos desempenha um papel estratégico para a segurança alimentar mundial e se posiciona, hoje em dia, entre os principais produtores e exportadores de fertilizantes fosfatados do mundo.

Ao mesmo tempo, o país está concretizando sua transição energética, com o aumento das energias renováveis para 52% da matriz elétrica nacional até 2030; um posicionamento competitivo na economia descarbonizada e o desenvolvimento do hidrogênio verde.

Para o setor de fertilizantes, o Marrocos triplicou sua capacidade de produção entre 2008 e 2021, passando de 4 para 12 milhões de toneladas anuais, com um faturamento que passou de 2,5 bilhões de dólares em 2005 para mais de 13 bilhões de dólares em 2022.

Para o próximo período, o país está se adaptando às grandes transformações vividas pelo setor de fertilizantes no mundo, marcadas tanto pela priorização da agricultura sustentável, a centralidade da segurança alimentar na geopolítica mundial, quanto pelo surgimento de novas tecnologias industriais e digitais.

Para acelerar essa dinâmica, o grupo estatal OCP está lançando uma nova estratégia de crescimento, ao começar a produzir “fertilizantes verdes” adaptados às necessidades específicas de diferentes tipos de solos e cultivos, contribuindo assim na revolução agrícola verde e na segurança alimentar global.

Nesse sentido, o programa 2023-2027 que o grupo OCP apresentou, no dia 3 de dezembro de 2022 perante Sua Majestade o Rei Mohammed VI, visa o aumento da produção de fertilizantes, a neutralidade carbônica antes de 2040, assim como a utilização de 100% de energias renováveis.

Com um investimento global de 13 bilhões de dólares, este novo programa permitirá o aumento da produção de fertilizantes de 12 para 20 milhões de toneladas em 2027 e alimentará a infraestrutura industrial do grupo com energia verde até 2027, principalmente com novas capacidades de dessalinização.

Ainda mais importante, este investimento vai permitir a OCP, hoje o maior importador mundial de amoníaco, de “libertarse” destas importações através de investimentos no hidrogênio verde — amoníaco verde, o que permitirá a OCP de entrar em força no mercado mundial dos fertilizantes verdes.

Finalmente, o componente R&D deste novo programa conta com vários centros de pesquisa criados dentro da Universidade Politécnica Mohammed VI, como o Green Energy Park (GEP), especializado em energias renováveis, e o Material Science, Energy and Nano-Engineering (MSN), especializado em os componentes das baterias de fosfato de ferro e lítio, o Innov’X, bem como um “data center” que hoje permitem ao grupo OCP colocar-se no centro das revoluções digitais na agricultura e de responder aos desafios da agricultura sustentável e segurança alimentar.

Em suma, a ambição do Marrocos de ser um líder mundial em matéria de fertilizantes se iguala ao compromisso do país na implementação de políticas públicas em matéria de transição energética, de economia verde e de baixo carbono.

Tal compromisso, implementado sob a liderança de Sua Majestade o Rei Mohammed VI, teve um impulso qualitativo desde 2016 quando o Marrocos sediou a COP 22, oportunidade durante a qual o país lançou uma série de políticas públicas voluntárias em várias áreas ligadas à transição energética; a produção e o uso de hidrogênio verde sendo a mais recente e a mais emblemática dessas políticas públicas.

De fato, Marrocos surge como um dos países melhor posicionados para a produção de hidrogênio verde, já que o país tem um abundante potencial de recursos energéticos através de vários investimentos em parques solares e pode aproveitar de um negócio que poderá valer entre 30 a 60 milhões de toneladas por ano até 2050.

O último ranking do RECAI (Renewable Energy Country Attractiveness Index), que avalia a atratividade do setor das energias renováveis pelo mundo, colocou o Reino de Marrocos no primeiro lugar no mundo!

Vários indicadores que mostram como o Marrocos pretende fortalecer a sua liderança na segurança alimentar global, bem como emergir como um key player nas energias renováveis e na economia verde.